

4º WORKSHOP DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM BIOCOMBUSTÍVEIS
UFVJM-UFU

Crítica à Desarticulação dos Incentivos Tributários para Carros Elétricos no Brasil

**Alexandre Walmott Borges^a, Nery dos Santos de Assis^b, Eduardo Monteiro Corrêa^c,
Guilherme Fernando Soares de Araújo^d**

^a Professor do programa de pós-graduação em biocombustíveis, líder do observatório de regulação das energias renováveis - walmott@gmail.com

^b Doutor em biocombustíveis UFU, professor da pós-graduação da PUC Minas e graduação em direito IMEPAC-Araguari. E-mail: assis.ns@icloud.com

^c Estudante do Programa de Pós-Graduação em Biocombustíveis da UFU, nível mestrado, pós graduado pela UFU e PUC Minas, graduado em direito pela UNITRI Uberlândia. E-mail: emcjuridico79@gmail.com

^d Doutorando em biocombustíveis UFU, mestre em engenharia de produção UFMG, mestre em arquitetura e urbanismo UFU, professor EBTT na Escola Técnica de Saúde UFU/ESTES, graduação em Engenharia de Saúde e Segurança UNIFEI. E-mail: guilherme.soares@ufu.br

RESUMO

A política brasileira de incentivos tributários a carros elétricos apresenta fragmentação e descoordenação com alternativas renováveis, como biocombustíveis. A análise documental, legislativa e administrativa evidencia a ausência de coerência e unidade no tratamento político-tributário das energias limpas. Estados adotam abordagens díspares: alguns concedem isenção de IPVA, outros não ofertam incentivos, gerando desarticulação para consumidores e indústria. A inconsistência estende-se a ICMS e IPI, negligenciados frente ao IPVA, enquanto a instabilidade normativa amplia insegurança jurídica e inviabiliza investimentos de longo prazo. Em contraste, biocombustíveis dispõem de histórico consolidado de incentivos e infraestrutura, resultado de políticas públicas consistentes. A assimetria expõe a falta de visão integrada que promova complementaridade entre tecnologias de baixa emissão, em detrimento da competição setorial. A inexistência de diretriz nacional coesa limita o potencial de biocombustíveis avançados, como redução da dependência de importações e geração de empregos. Urge, portanto, harmonizar ações federativas, articulando estratégias intersectoriais e equilíbrio tributário, para viabilizar transição eficiente rumo à mobilidade sustentável, alinhando objetivos ambientais, econômicos e sociais.

Palavras-chave: incentivos fiscais, carros elétricos, biocombustíveis, política tributária, mobilidade sustentável

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da FAPEMIG, CAPES e CNPQ.